

TRABALHO E EDUCAÇÃO: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil

Donaldo Bello de Souza

Marco Aurelio Santana

Neise Deluiz

Rio de Janeiro, Quartet Editora, 1999

por Maria Fernanda Duarte de Araujo P. Salgueiro¹

Vivemos atualmente, profundas mudanças no contexto social e político das sociedades capitalistas, decorrentes das transformações do mundo do trabalho e da emergência de novos modelos produtivos, com rebatimento na composição do mercado de trabalho e no perfil da mão-de-obra. O movimento sindical, neste novo cenário, busca reordenar-se face ao surgimento de novos conceitos produtivos e novas tendências para a formação e a reprofissionalização da classe trabalhadora. Reconstruir o pensamento representativo das Centrais Sindicais, no tocante ao novo papel assumido pelo trabalhador no processo produtivo, e sobre os novos impactos das mudanças produtivas no campo educativo e de formação profissional representa uma valiosa contribuição. Neste sentido, o livro "*Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil*" traz grande inovação, abordando novas questões acerca das mudanças no mundo do trabalho; destacando o posicionamento das Centrais Sindicais sobre os novos conceitos de produção, a reconfiguração do modelo produtivo e o novo perfil do trabalhador, bem como suas implicações para a educação e a formação profissional.

Inicialmente, os autores apontam as diferentes vertentes teóricas no campo da relação entre trabalho e educação, fundamentando uma análise crítica sobre as mudanças em curso na esfera produtiva e do trabalho, enfatizando as propostas favoráveis à educação do trabalhador e a proposta neoliberal de reedição da teoria

¹ Mestranda em Serviço Social pela PUC/RIO

do capital humano que estabelece uma relação linear entre emprego e educação, apoiada nos conceitos de empregabilidade, reconversão profissional, qualidade e competência. Essa análise se apóia nos autores Kuenzer (1988), Frigotto (1984), Ferreti (1997), Gentili (1995) entre outros, através da chamada pedagogia histórico-crítica.

Referente às novas questões e temáticas dos anos 90, os autores enfatizam a reforma do ensino técnico e profissional, a nova LDB e as reformas atuais na rede de ensino técnico como as escolas técnicas federais (CEFETs) e o chamado Sistema "S"; buscando também, elucidar os diferentes aspectos e as proposições de cada Central Sindical: CUT, Força Sindical e Confederação Geral dos Trabalhadores, no que diz respeito às ações no campo educativo; este organizado em 5 eixos temáticos: educação geral e formação profissional, educação de jovens e adultos, educação sindical, formação de formadores e avaliação crítica do PLANFOR/Mtb.

A questão fundamental que norteia a análise proposta pelos autores traduz-se em: Como as Centrais Sindicais se posicionam face ao contexto de reestruturação produtiva e às transformações do mundo do trabalho?

O estudo mostra que as Entidades Sindicais buscam reformular suas propostas e estratégias frente à nova realidade do mercado de trabalho com a globalização da economia e a abertura do mercado. A alteração de propostas no campo sindical é resultado da introdução de novas tecnologias e organização produtiva, modificando as condições de e no trabalho, com o crescimento da precarização do trabalho, a terceirização dos serviços e o desemprego em escala estrutural, demandando a requalificação dos trabalhadores para novos postos de trabalho.

A preocupação do movimento sindical com a educação ganha amplitude a partir dos anos 90, ao se estabelecer correlação entre nova organização produtiva e os novos conceitos de inserção produtiva como: qualificação, competência, empregabilidade. A ação sindical face à redução de seu poder de mobilização busca definir novas estratégias para enfrentamento das transformações do sistema produtivo, passando a desenvolver ações concretas nas áreas da educação e da formação profissional.

Segundo os autores, a formação profissional ganha destaque na pauta de negociações entre empresários e trabalhadores, e a ação sindical busca reformular e intensificar sua ação em novos espaços institucionais e na esfera de políticas públicas. Evidencia-

se essa participação a partir da análise minuciosa dos autores, dos dados contidos nos textos produzidos em fóruns e seminários como Codefat, nas Comissões Estaduais e Municipais de emprego no âmbito do PLANFOR e Mercosul, com ênfase nas políticas de educação, educação profissional e geração de trabalho e renda. Com base na análise realizada, os autores destacam a ampliação da participação do movimento sindical nas experiências de formação profissional, a partir de 1996, com a proposta do PLANFOR, articulando parcerias entre instituições, centrais sindicais e governo na implantação de projetos de formação para o trabalho. Através de recursos do FAT há repasse de recursos públicos para o movimento sindical.

É relevante ilustrar alguns posicionamentos destacados no texto e que são indicativos da postura político-ideológica assumida por cada central sindical.

No entendimento dos autores, o papel da educação no processo de reestruturação via Centrais Sindicais, apresenta as seguintes configurações: a CUT busca incentivar uma capacitação técnica e política, comprometida com a transformação da sociedade, criticando, portanto, as propostas empresariais e governamentais que colocam a solução do desemprego na educação e no ensino profissionalizante, estes considerados em mero adestramento de mão-de-obra para o mercado; critica também o projeto de reforma do Estado, com a redução da prestação de serviços demandados pela população, com a privatização e a terceirização; a CGT enfatiza que os sindicatos devem estar na linha de frente na busca de qualificação e empregabilidade, devendo desenvolver políticas de formação profissional e participar da gestão do sistema de formação profissional; a Força Sindical salienta a importância de seu envolvimento na educação profissional, com a integração da formação profissional e da escolaridade básica, visando a empregabilidade do trabalhador, esta integrada à ação conjunta de políticas públicas de educação, emprego e desenvolvimento regional.

Entretanto apesar das divergências, há consenso nas organizações sindicais pela universalização da instrução fundamental, a gestão tripartite e a co-gestão dos programas de formação profissional, além da vinculação entre educação profissional e educação geral.

No que se refere ao PLANFOR, os autores destacam que a CUT, apesar de apontar críticas aos recursos disponíveis e à duração

dos cursos - considerando os programas de qualificação ineficazes para enfrentamento do desemprego - enfatiza sua relevância no atual contexto de desemprego e deterioração dos níveis de vida dos trabalhadores, contribuindo para a recuperação da escolaridade do trabalhador. A CGT também critica os cursos pela sua curta duração e sua ineficácia para resolver o problema do desemprego no Brasil; no entanto considera positivo o fato do movimento sindical ter acesso aos recursos do FAT. A FS aponta como positiva a abertura do plano à atuação de outros atores sociais no processo de formação profissional, rompendo com a atuação hegemônica do empresariado nas ações de qualificação. Entretanto, considera o PLANFOR como um programa emergencial no interior de uma política de emprego, não configurando um plano específico de formação profissional que articule a educação geral à formação profissional.

Os elementos aqui destacados nas proposições de cada Central, ilustram a contribuição deste livro para a temática de trabalho e educação, fazendo parte de um rico acervo de dados elaborados pelos autores. As diferenças e similaridades de cada entidade sindical são analisadas por Souza, Santana e Deluiz(1999), na tentativa de evidenciar, através de uma análise crítica sobre o processo de reestruturação produtiva, as propostas do movimento sindical frente ao mundo do trabalho e no campo da educação; contribuindo para enriquecer o debate acadêmico através de novas formas de compreensão da realidade.